

REDETUR – REDE DE APOIO INTEGRADO AO TURISMO QUILOMBOLA DE BASE COMUNITÁRIA NO MÉDIO JEQUITINHONHA/MG

Luciana Priscila do Carmo⁴⁴; Ludimila de Miranda Rodrigues Silva⁴⁵; José Antônio Souza de Deus⁴⁶

EIXO TEMÁTICO: Gestão de Turismo de Base Comunitária (GTBC)

Resumo:

Este artigo objetivou investigar o processo de formação da REDETUR - Rede de Apoio Integrado ao Turismo de Base Comunitária, desenvolvido juntamente a Comunidades Quilombolas dos municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas, situadas na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha, que se destacam pela manifestação cultural afro-descendente em uma das regiões de maior concentração de comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais e de menores Índices de Desenvolvimento Humano. Por meio de metodologia qualitativa utilizamos de procedimentos metodológicos da observação participante, trabalhos de campo e estudo de caso envolvendo um grupo focal, além do método Etnogeográfico para interpretação dos dados. Como resultado procurou-se desenvolver uma análise sobre as propostas de Etnodesenvolvimento comunitário e regional, pensando o Etnoturismo como estratégia Etnopolítica e de geração de renda complementar, como tentativa de diminuir os altos índices de êxodo rural para o trabalho sazonal dos quilombolas para outros estados do Brasil.

Palavras-chave: turismo de base comunitária, governança local em rede, etnodesenvolvimento.

1 Introdução

Na contemporaneidade a intervenção em redes vem se despontando como princípio ordenador das políticas sociais e iniciativas de base comunitária, e também se incorporando na gestão de organizações e movimentos sociais. Isso ocorre partindo dos princípios da coletividade

e solidariedade entre mais de uma organização ou pessoa (física ou jurídica), formalizada ou não, e que tenham interesses comuns.

No tema específico da atividade turística de base comunitária, uma rede depende da intersectorialidade, que envolve, neste estudo de caso, o diálogo e a união de re-

44 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membro do GECEs - Grupo de Estudos Culturais e Etnogeográficos vinculado ao Laboratório de Geografia Agrária e Agricultura Familiar do Departamento de Geografia - IGC/UFMG e Núcleo TERRA & SOCIEDADE - Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa (CNPq-BR). – IGC/UFMG e Turismóloga pela PUC Minas. E-mail: lupriconsultoria@gmail.com

45 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membro do GECEs - Grupo de Estudos Culturais e Etnogeográficos vinculado ao Laboratório de Geografia Agrária e Agricultura Familiar do Departamento de Geografia - IGC/UFMG e Núcleo TERRA & SOCIEDADE - Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa (CNPq-BR). – IGC/UFMG, Geógrafa e Mestre em Geografia pela UFMG. E-mail: ludimilardrigues86@gmail.com

46 Professor Doutor em Ciências (Geografia – UFRJ). Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder de Pesquisa do GECEs - Grupo de Estudos Culturais e Etnogeográficos vinculado ao Laboratório de Geografia Agrária e Agricultura Familiar do Departamento de Geografia - IGC/UFMG e Núcleo TERRA & SOCIEDADE - Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa (CNPq-BR). – IGC/UFMG. E-mail: jantoniosdeus@uol.com.br

presentantes do setor público, empresários e comerciantes, além da sociedade civil organizada e de cidadãos autônomos. Contextualizando:

O turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário, se consolidou na última década no Brasil como um modelo de desenvolvimento do turismo centrado nos recursos (humanos, naturais, de infraestrutura) endógenos. Nesta proposta, a comunidade local participa diretamente da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo (FABRINO, 2003, p.14).

Outra característica marcante das metodologias de articulação de redes (e em redes), que se consolidam no contexto da globalização, e que se expandem desde os centros urbanos até às comunidades rurais e tradicionais, é a racionalização da lógica econômica. Este diferencial parte da necessidade de união, não apenas pelo sentido da solidariedade humana já mencionada, mas também pela necessidade de otimização de recursos humanos e redução de custos, e até de evitar retrabalho, já que os membros de uma rede passam a contar com os recursos dos parceiros, tais como o conhecimento técnico, a infraestrutura que oferecem às relações políticas, ao trabalho voluntário, entre outras formas de autoajuda.

A ação do turismo por meio de redes comunitárias na concepção de Lustosa e Almeida (2011) consiste em:

(...) apoiar processos associativos os quais articulem eficazmente a oferta de serviços; busquem uma inserção competitiva nos mercados e exercitem o uso sustentável do patrimônio comunitário e a melhoria da capacidade de auto-gestão no âmbito organizacional, qualificando os recursos humanos envolvidos e os líderes de uma nova geração (LUSTOSA & ALMEIDA, 2011, p. 100).

A competitividade da rede, em relação ao objeto que reúne as partes, se concretiza por meio da cooperação mútua e alinhamento de ações, e não da competição entre os participantes. Dentre os princípios da rede, em análise neste estudo de caso, está o da Economia Solidária (ES):

A busca por alternativas ao modelo socioeconômico dominante no mundo atual são cada vez mais frequentes, assumindo diferentes nomenclaturas e posicionamentos para expressar suas propostas e seus planos de ação. ES é uma das

expressões mais usadas, mas são empregados também termos como socioeconomia, economia social, redes de colaboração solidária, empresas autogestionárias, entre tantas outras, e que ainda que apresentem divergências, possuem elementos comuns que os aproximam e aumentam o seu arcabouço. (BORINELLI *et al*, 2010, p.1)

Alinhada às propostas de organização do turismo de base comunitária e aos princípios da economia solidária, pode-se desenvolver uma análise sobre as propostas de gestão comunitária e governança local para o Etnodesenvolvimento comunitário e regional, pensando o Etnoturismo como estratégia Etnopolítica e de geração de renda complementar para as comunidades envolvidas com projetos de TBC e seus respectivos municípios, inclusive como tentativa de diminuir seus altos índices de êxodo rural.

No caso das comunidades quilombolas que são reconhecidas pela Constituição Federal (Brasil, 1988), mas que apenas no ano de 2005, por meio do Inciso V da Emenda Constitucional nº 48, que foi incluída a “valorização da diversidade étnica e regional”, no 3º Parágrafo do Art. 215:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (BRASIL, 1988)

Estrategicamente o Etnoturismo estaria, dentro das formas de organização do turismo, e hipoteticamente atendendo, de forma mais justa e adequada, respeitando as especificações comunitárias, mas também às especificações de uma cultura diferenciada. Nas pesquisas realizadas por Deus (2011), postula-se que se faz necessário criar e recriar oportunidades para comunidades quilombolas (assim como indígenas), estarem desenvolvendo (...)

(...) estratégias de sobrevivência ao contato em seu cotidiano, de um código cultural próprio.”
[observando-se] “também um processo de tomada de consciência e de iniciativa política de muitas sociedades, com a crescente reafirmação de sua identidade étnica e soberania territorial” (DEUS, 2011, p. 6)

O Etnodesenvolvimento seria uma forma alternativa de se entender a organização social, pautada na manutenção da cultura de forma sustentável, e que haja um processo de auto-reconhecimento das potencialidades locais para a autonomia das comunidades. As mesmas estariam frente às tomadas de decisão para escolherem qual o tipo de desenvolvimento elas desejam para suas realidades. Vale ressaltar que, para que haja Etnodesenvolvimento, pressupõe-se que existam “(...) as condições necessárias para que a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento” (VERDUM, 2006, p. 73).

Desta forma o artigo propôs realizar o estudo de caso da formação da ‘REDETUR - Rede de Apoio Integrado ao Turismo de Base Comunitária’, no recorte territorial do Médio Jequitinhonha. Esta REDETUR foi articulada dentro das ações do projeto social ‘Agentes Quilombolas Socioambientais: o turismo como geração de renda complementar no Médio Jequitinhonha’, realizado pela equipe da ONG CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (2015).

A proposta de se formar a REDETUR foi com o objetivo de unir diversos atores sociais (pequenas e grandes empresas, comerciantes, gestores públicos, ONGs, artesãos, produtores rurais, vereadores, artistas locais, comunidades, monitores de turismo local, igrejas, instituições de ensino, etc), para o apoio integrado à formatação de roteiros turísticos nos territórios da “Rota dos Quilombos”. Por meio da mobilização de parcerias empreendedoras, políticas públicas e do fortalecimento dos destinos envolvidos, a proposta foi de promover assim a valorização do patrimônio cultural, socioambiental, o desenvolvimento local e a geração de renda por meio da atividade turística de base comunitária e da produção local a ela associada.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo principal investigar o processo de formação da REDETUR da “Rota dos Quilombos” e seu papel Etnopolítico, com o envolvimento dos três setores da sociedade junto à temática quilombola, para que, após um diagnóstico prévio e um planejamento estratégico participativo, os municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas fossem inseridos em uma proposta efetiva de Turismo de Base Comunitária, que se organizasse junto a comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, inseridas nos três municípios mineiros envolvidos, e levassem para suas pautas de discussão sobre (etno)desenvolvimento, investimentos e políticas públicas prioritárias, se tornando instrumento para a valorização e fortalecimento da cultura quilombola em rede e, conseqüentemente, tentasse provocar condi-

ções alternativas para sua permanência em seu território. Para estas análises seguem as especificações da metodologia utilizada.

2 Metodologia

Esta pesquisa de investigação iniciou-se pela autora deste artigo, concomitantemente à realização de um projeto social, realizado por uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos – o CEDEFES, realizado entre em 2011 e 2012 nos municípios de Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas – Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG - e perdurou-se por meio da observação participante, trabalhos de campo e sistematização de dados qualitativos, obtidos com a continuidade do projeto nos anos de 2013 a 2015, durante oficinas de planejamento participativo e levantamento de oferta turística.

A observação participante esteve presente durante as oficinas de formação em comunidades quilombolas, de gestores públicos e de formação de rede tripartite, sendo cada um destes grupos tratados como grupos focais para a identificação dos entraves, desafios e potencialidades para a formatação e comercialização dos roteiros turísticos de base comunitária em comunidades quilombolas. A observação participante pode ser concebida então, enquanto parte inicial desta pesquisa empírica, como (...)

(...) uma ciência pautada nessa metodologia e na reflexão sobre seu próprio fazer-se só poderia se autocompreender como uma ciência modesta, que se reconhece enquanto apenas uma interpretação possível da realidade, passível de crítica; uma ciência que reconhece a intervenção da subjetividade do pesquisador/a, na produção e na análise da informação, afinal trata-se de uma ciência dialógica, no sentido de que as informações sobre as quais se pauta são produzidas na interação entre sujeitos – pesquisador/a e informantes. (TURRA NETO, 2012, p. 243)

Também houve análise durante seminários municipais sobre associativismo rural e de turismo de base comunitária realizados durante e após o projeto social (com a articulação da equipe do projeto), e audição e priorização de demandas levadas pelos quilombolas em reuniões das associações comunitárias e quilombolas, além de encontros municipais e estaduais de mulheres e juventude quilombolas. A articulação de lideranças quilombolas da REDETUR foi apoio fundamental para o Encontro Quilombola que deu origem à iniciativa de criação da COQUIVA-

LE – Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha para apoio regional à Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais.

3 Resultados e Discussão

Diante dos relatórios técnicos consultados nos registros da ONG CEDEFES (2015), a equipe do ‘Projeto Agentes Quilombolas Socioambientais’ realizou formações periódicas entre 2013 e 2015 (em continuidade ao primeiro projeto de formação de jovens quilombolas entre 2011 a 2012), envolvendo diretamente 12 comunidades quilombolas para o planejamento, gestão e execução da atividade turística em seus territórios quilombolas, com todas as especificidades da ‘Rota dos Quilombos’ (produto turístico quilombola autogerido pela REDETUR) e juntamente a estas formações em cada comunidade houve a necessidade de se realizar a articulação e mobilização intersetorial da REDETUR para que houvesse a perspectiva de sustentabilidade da atividade turística, principalmente após o término das ações do projeto, e inclusive na consolidação de tais roteiros, em médio e longo prazo, como alternativa real de geração de renda complementar e alternativa e para o etnodesenvolvimento local.

Toda a dinâmica do TBC, proposta pelas oficinas de formação de redes, foram bem absorvidas pelas comunidades quilombolas participantes durante os últimos cinco anos. Houve momentos de descontinuidade das ações por motivações diferentes: desde problemas pessoais relacionados às referências comunitárias (os nós da rede) e dos participantes da REDETUR, que se posicionaram como elos da gestão, até as dificuldades de comunicação (o uso de internet e do aplicativo *whatsapp* em *smartphones*, pela população local, tem facilitado o diálogo desde 2017). Outro fator limitante está relacionado à falta de transporte coletivo para se realizarem reuniões periódicas. O contexto dos três municípios envolvidos é de que são interligados por um trecho de quarenta quilômetros de uma rodovia “BR 367”, que não é asfaltada (então denominada de ‘estrada’ pelos locais), e isto contribui muito para a desarticulação em rede intermunicipal.

Nos relatórios da autora, quando ainda era contratada como Turismóloga pela ONG CEDEFES (2011 a 2015), a REDETUR iniciou um diálogo entre comunidades quilombolas de uma mesma região, com perfis socioeconômicos e socioculturais parecidos. Historicamente estas comunidades envolvidas na REDETUR passam por um processo de:

(...) reafirmação cultural, (re)criação e resistência de identidades; identificando-se nesse con-

texto, várias subjetividades sociais e, podendo, paralelamente, se transformar numa ‘marca comercial’, que proporciona meios para a própria permanência das pessoas e, conseqüentemente, da arte, da cultura e valorização do território histórico-cultural das comunidades quilombolas de forma empreendedora. (DEUS & CARMO, 2016)

A organização comunitária teve demonstrações claras de desenvolvimento progressivo de valorização da cultura quilombola local, e de empreendedorismo social e coletivo. Alguns testes que foram realizados para os receptivos comunitários e familiares mediante organização de uma ‘Visita de Familiarização Turística’ (FAMTUR), ao final do ‘Projeto Agentes Quilombolas Socioambientais’ e, posteriormente, algumas famílias já receberam pequenos grupos de visitantes e turistas em suas casas e comunidades. Estas iniciativas estão sendo analisadas coletivamente pela REDETUR em Reuniões Técnicas e Seminários de TBC Locais.

Atualmente as comunidades participantes da REDETUR estão reorganizando seus roteiros turísticos (levantados em 2015), devido ao aumento do esvaziamento das casas, e visto que várias famílias estão optando pela migração permanente para centros urbanos, onde antes se ofereciam apenas o trabalho temporário e sazonal. Um dos maiores desafios será a gestão das águas escassas e captadas de chuva para atenderem tanto os moradores como os turistas e a produção rural para sobrevivência e geração de renda.

4 Conclusão

Os maiores entraves para a comercialização dos roteiros e o alcance do objetivo de gerar renda complementar se deram por falta de segurança jurídica mediante a contratação dos serviços, na ausência de uma pessoa jurídica responsável ou co-responsável pela comercialização dos roteiros e autogestão de divisas geradas. Esta situação é conflituosa diante de todos os princípios e conceitos adotados pelo TBC proposto, pois os comunitários são, em sua maioria, assegurados especiais pelo INSS enquanto trabalhadores rurais (e quilombolas) e a simples organização enquanto microempreendedores individuais, ou cooperativas de turismo, por exemplo, com o intuito de formalização da atividade turística, pagamento dos impostos de ISSQN, ICMS e emissão de possíveis notas fiscais, os desestabilizariam, lembrando que a atividade de TBC é sazonal e se desenvolve em médio e longo prazo, não sendo uma opção vantajosa abandonar o trabalho contínuo e tradi-

cional de camponeses, lavradores e artesãos.

Outra discussão é que as associações quilombolas e comunitárias não poderiam gerir os recursos arrecadados por prestação de serviços, caracterizando a necessidade de mudança da natureza jurídica das associações para cooperativas de trabalho, fugindo assim de um dos focos de objetivos sociais do TBC, além de que nem sempre haverá a quantidade necessária de cooperados em cada comunidade para se formar uma cooperativa. Este empreendimento teria que ser articulado em maior número de comunidades, de forma que atendesse a lógica jurídica e empreendedora de uma Cooperativa. Pode ser uma alternativa viável em futuro próximo, mas considerando-se a falta de infraestrutura de transporte coletivo na região, as grandes distâncias entre as comunidades, sedes e municípios e ainda a existente dificuldade de comunicação via internet e telefonia celular (pois são operadoras de telefonia de celulares diferentes que atendem os três municípios), os desafios são grandes.

Por fim, a necessidade de instrumentos, que organizem de forma justa as relações comerciais entre comunidades e comunitários comprometidos com o TBC, vai além de acordos verbais e de uma REDETUR informal. Um regimento interno talvez fosse uma das estratégias de prevenção de futuros conflitos internos na divisão dos 'ganhos' e 'comissões', diante das especificidades de comunidades tradicionais e quilombolas, em que seu patrimônio material e imaterial se confunde com sua principal matéria prima para a atratividade turística. Uma das estratégias da REDETUR da 'Rota dos Quilombos' tem sido efetivar parcerias com as Câmaras de Vereadores e terem membros participativos nos diversos Conselhos Municipais dos municípios levando as demandas detectadas em rede para os espaços formais de participação e deliberativos.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. 1988.

BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Economia Solidária: Propostas e Perspectivas. p.1-23. In BORINELLI et al. (Orgs.) **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional**. Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina. 2010. 224 p. Il.

CEDEFES. **Relatórios Técnicos da Equipe do projeto Agentes Quilombolas Socioambientais: o turismo como geração de renda alternativa no médio Jequitinhonha**.

nhonha. Documentos disponíveis (no prelo) no arquivo físico do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES. 2015.

DEUS, José Antônio Souza. Identidade, Etnicidade e Paisagens Culturais Alternativas no Vale Do Rio Doce/ Minas Gerais- Brasil. **Revista Geográfica de América Central** - Costa Rica: Número Especial EGAL. II Semestre 2011 pp. 1-14

DEUS, José Antônio Souza de. CARMO, Luciana P. do. ROTA DOS QUILOMBOS: Identidade Quilombola, Etnodesenvolvimento e Paisagens Culturais no Vale do Jequitinhonha/ Minas Gerais – Brasil. 4º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM, PATRIMÔNIO E PROJETO. Novembro, 2016. IEDS/ Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/ MG, 16p. **Anais eletrônicos**. Disponível em:

<<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/185.pdf>>. Acesso em 10 outubro 2018.

FABRINO, Nathália Hallack. **Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade De Brasília – UnB. Brasília/DF 2003. (Tese, doutorado). Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14215/1/2013_NathaliaHallackFabrino.pdf>. Acesso em 10 outubro 2018.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha; ALMEIDA, Maria Geralda de. Os territórios emergentes de turismo e as redes de turismo comunitário: o caso da Terra Indígena 'Lagoa Encantada' do povo Jenipapo-Kanindé, Ceará, Brasil. **PASSOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 9(3). Special Issue. 2011.p. 95-104.

TURRA NETO, Nécio. Vivendo entre jovens: a observação participante como metodologia de pesquisa de campo. **Revista Terr@Plural**. Ponta Grossa/SP: v.6, n.2, p. 241-255, jul/dez, 2012.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: Nova/Velha utopia do Indigenismo**. Brasília. DF: Programa de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas - CEPPAC do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Brasília. DF. 2006. (Tese, doutorado).